

Quem é Afonso Arinos de Melo Franco

Moreira Mariz

Se pode haver um casamento perfeito, este se chama Afonso Arinos de Melo Franco e Constituinte. Em boa medida, a vida pública desse mineiro de 80 anos foi marcada pela sistemática pregação em favor do ordenamento jurídico das instituições brasileiras, mesmo quando o assunto estava ou parecia estar fora de moda. Exemplo acabado: em abril de 1966, apenas dois anos depois de vitorioso o movimento militar para o qual ele contribuiu, Arinos, em entrevista à *Folha*, dizia que "só existe um meio de evitar que o país evolua para o dilema desordem ou ditadura: a votação da nova Constituição pelo próximo Congresso".

Dai em diante, o jurista voltaria ao tema assiduamente, em diferentes momentos: no início do processo de distensão política, executado pelo governo do presidente Ernesto Geisel, ao instalar-se o governo João Baptista de Figueiredo e até a explosão de agosto de 1979: "Não é possível estabilidade política e desenvolvimento econômico e social com o país metido no pró-cardíaco, no ambulatório, em regime de tratamento intensivo. O Brasil tem que passar para um plano de vida normal, com instrumentos normais de preservação da saúde econômica, social e política".

E não voltaria apenas retoricamente: na noite de 14 de março de 1985, quando o presidente eleito, Tancredo Neves, adoeceu e não pôde tomar posse, Afonso Arinos correu à televisão para uma entrevista decisiva. Quem deveria assumir, no lugar do mandatário doente, era o vice-presidente eleito, José Sarney, sentenciou Arinos. Havia os que, como o próprio Sarney, aliás, entendiam que quem deveria tomar posse era o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

Essa preocupação com a estabilidade institucional, na verdade, antecede o Movimento de 1964: em 1961, quando



Afonso Arinos, 80, presidente da Comissão, indicado pelo presidente Tancredo Neves

Jânio da Silva Quadros (de quem Arinos era ministro de Relações Exteriores) renunciou, Arinos jogou o peso de seu prestígio político e jurídico em favor da solução parlamentarista, finalmente adotada, ainda que efemeramente. O apoio ao Movimento de 64 acaba sendo, na prática, o senão nas credenciais liberais e institucionalistas desse homem que traz a política literalmente no sangue: pertence à família Melo Franco, tradicional sobrenome da política mineira, e é casado, desde 1928, com uma neta do ex-presidente Rodrigues Alves, Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira.

Afonso Arinos mergulhou na vida pública,

em 1943, como um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros", documento considerado peça-chave para a queda da ditadura Getúlio Vargas, dois anos depois. A partir de então, não mais deixou o cenário político: suplente de deputado federal, nas eleições de 45, assumiu a cadeira de Milton Campos quando este elegeu-se governador de Minas. Reeleger-se por duas vezes consecutivas e, depois, também por dois mandatos, foi eleito senador da República.

Ainda assim, afirma sempre que prefere a atividade literária e intelectual e a companhia dos vinte mil volumes de sua biblioteca à vida política. Por isso e pelo

desencanto com a política que se seguiu ao fato de que o Movimento de 1964 não retornou rapidamente à via institucional, tornando-se, pelo contrário, uma ditadura militar, não mais se candidatou, a partir de 1966, embora tivesse sido um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena, atual PDS), depois que um ato de força do governo dissolveu os treze partidos existentes à época.

Como homem de governo (ministro de Relações Exteriores no curto governo Jânio Quadros e, depois, no governo parlamentarista), exibiu as mesmas posições liberais, especialmente no tratamento da questão cubana: "A revolução cubana foi a primeira autenticamente popular na América Latina", chegou a dizer, antes que Fidel Castro encaminhasse sua revolução para o modelo marxista-leninista. Sob sua inspiração, o Itamaraty chegou a preparar um documento ao governo cubano alertando-o sobre os riscos de advirmos para a revolução se Fidel aderisse "a uma ideologia fechada, rígida".

Fora da política, voltou à cátedra (Direito Constitucional, obviamente), na Universidade do Rio de Janeiro (hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e na Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), até se aposentar, aos 70 anos, em 1975. Mas não se aposentou das letras, que o levaram a produzir desde um árido "Responsabilidade Criminal das Pessoas Jurídicas" até o poético "Roteiro Lírico de Ouro Preto": em 77, foi alçado à Academia Mineira de Letras, na vaga do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Todo esse roteiro o conduziu, no ano passado, à presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, incumbida de preparar um anteprojeto de Constituição, e o devolveu à atividade eleitoral: é candidato ao Senado, pelo PFL do Rio de Janeiro.

Tensões precederam os encontros em Itaipava

Continuação da página anterior

As tensões continuaram e as reuniões programadas para Itaipava (distrito de Petrópolis, a 66 km a noroeste do Rio) para o início de julho chegaram a estar ameaçadas. Há duas versões. Mauro Santayana diz que havia indícios de que os "conservadores" não subiriam a serra para esvaziar as reuniões. Ney Prado afirma que havia, apenas, a preocupação com a pouca disponibilidade de muitos membros, atarefados em seus trabalhos e que não poderiam se deslocar para tão longe. A versão do boicote chegou a sair na imprensa, houve respostas indignadas dos "conservadores", como a de Gilberto de Ulhoa Canto, mas as reuniões ocorreram sem problemas. Por precaução, os "progressistas" fizeram com que alguns membros pouco assíduos se deslocassem até Itaipava, como o escritor Jorge Amado.

O comportamento de dois empresários durante as reuniões dos comitês e plenárias ilustra bem a inexistência de alinhamentos automáticos. A presença e as propostas de Antônio Ermírio de Moraes, por exemplo, inibiram propostas mais conservadoras nas discussões sobre a ordem social. Mesmo no debate sobre ordem econômica, o empresário paulista acompanhou os votos da maioria. Antônio Ermírio é candidato ao governo de São Paulo pelo PTB. Outro exemplo é o do usineiro do Rio Grande do Norte Odilon Ribeiro Coutinho, 63, que foi chamado, por suas posições, de "empresário-suicida", por um "conservador". Ao que ele respondeu: "Suicida é você. Entrego os anéis para não entregar os dedos".

O enfrentamento entre duas correntes dentro da Comissão pode ser personificado na disputa que travaram, nos bastidores, os seus dois secretários, o jornalista Mauro Santayana, indicado diretamente

No final, vitória dos 'progressistas'

Imaginada por Tancredo Neves quando ainda disputava o governo de Minas, em 82, e instituída em 19 de julho de 85 pelo presidente José Sarney, a Comissão de Estudos Constitucionais chega ao fim de seus trabalhos como começou, sempre criticada. Antes, pelas esquerdas, que a consideravam elitista. Agora, pelos conservadores que enxergam no seu texto

final uma tendência socializante. Durante um ano de trabalho, travou-se nos bastidores da comissão uma disputa pública entre duas correntes simplificadoramente rotuladas de "progressista" e "conservadora". As críticas dos "conservadores" ao texto final e o afastamento do secretário-geral Ney Prado atestam a vitória final dos "progressistas".

por Tancredo Neves e ex-exilado político, e o jurista Ney Prado, indicado pelos ministros militares e ex-professor da Escola Superior de Guerra (ESG).

Abertura gradual

Ney Prado se autodefine como um "democrata que entende que o Brasil deve continuar o processo de abertura política de forma gradual para que não tenha tropeços e retrocessos". A estratégia de abertura política lenta, gradual e segura foi elaborada durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada pelo governo João Baptista Figueiredo (1979-1985). Ney Prado, que durante os governos militares foi professor da Escola Superior de Guerra, é considerado um especialista em Forças Armadas, estratégia política e doutrina de segurança nacional.

Ele discorda do texto final votado pela Comissão e enumera duas razões que, na sua opinião, explicam a predominância de artigos "socializantes". Em primeiro lugar, ele considera que a Comissão tinha "muita representatividade social" mas estava "descompromissada politicamente". "Fizemos um exercício intelectual,

de erudição, distante da realidade", diz. Ele acha que os membros da Comissão jogaram com categorias abstratas. "Embora não sejam socialistas, acabaram aprovando uma série de artigos que nos levaram à xenofobia". Xenofobia é a aversão a tudo que é estrangeiro e no caso se aplica aos artigos aprovados que controlam a remessa de lucros e o investimento de capitais estrangeiros, garantem a reserva de mercado, o monopólio em várias áreas da economia e a defesa dos recursos naturais.

O segundo ponto importante, segundo suas explicações, foi a falta de disponibilidade de tempo dos "conservadores". "Os chamados conservadores são homens com múltiplas atividades e não podiam comparecer com assiduidade. E os progressistas, mais determinados, começaram a frequentar mais as reuniões. E ficou tão marcante a divisão que alguns (conservadores) até desistiram. Eles diziam: 'O que adianta ir se os nossos pontos de vista estão sendo triturados?'". Prado não quis identificar esses "conservadores".

Mauro Santayana se autodefine como um "liberal nacionalista, um patriota

convencido de que a principal tarefa do país é transformar setenta milhões de miseráveis em cidadãos, para que não virem escravos. Ser cidadão significa ter o que comer, ter emprego, educação, saúde e participar do poder". Mauro Santayana viveu, como exilado, depois de 64, em vários países com regimes e níveis econômicos diferentes, inclusive em países comunistas.

Texto "avançado"

Ele concorda integralmente com o texto aprovado, que considera "avançado" e tem uma explicação para o resultado final. Na sua opinião, não se pode dividir aleatoriamente a Comissão em "conservadores" e "progressistas". Ele acha, no entanto, que o texto final "pendeu para os progressistas" a partir do que chama de um "raciocínio frio sobre a realidade do país". O raciocínio dos membros da Comissão, segundo Santayana, foi de que "a miséria não pode continuar no país desta maneira". Ele acha que muitos votaram em propostas mais avançadas relativas aos direitos da cidadania, não por convicções ideológicas mas por serem "realistas", por saberem que é necessário integrar estes milhares de miseráveis marginalizados à produção e ao mercado de consumo.

Ney Prado e Mauro Santayana têm visões também diferentes sobre a influência que este anteprojeto terá na futura Constituição. Prado receia que uma Constituição semelhante ao texto aprovado não possa ser aplicada. "O que pode gerar uma expectativa grande na população e depois uma frustração. E isto é o pior para a nação". Santayana acha que o texto final é mais avançado exatamente quando trata da cidadania e, por isto, está em sintonia com o momento político de transição. "É a Constituição das diretas, identificada com os ideais e a estratégia de Tancredo Neves".